



Fls. 322

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA

ATA N.º 15 DE 28/09/2023

No dia 28 de setembro de 2023, reuniu, pelas 20:00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Castelo de Paiva em sessão ordinária, a Assembleia Municipal (AM), com a seguinte ordem de trabalhos:

Período Antes da Ordem do dia

1. Informações gerais e expediente.
2. Votação da ata da reunião ordinária de 21 de abril de 2023.
3. Votação da ata da reunião extraordinária de 9 de junho de 2023.
4. Votação da ata da reunião ordinária de 16 de junho de 2023.
5. Assuntos gerais de interesse municipal.
6. Apreciação da informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.

Período de Intervenção do Público

7. Intervenção do Público.

Período da Ordem do dia

8. Apreciação e deliberação – Organização dos Serviços Municipais – Modelo de Estrutura Orgânica do Município de Castelo de Paiva.
9. Compromissos Plurianuais – 2.º Trimestre de 2023 – Conhecimento.

Intervenção do Público

10. Intervenção do Público.

Mesa:

Presidente: Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira

Primeiro Secretário: Pedro Maldonado Martins de Carvalho

Segundo Secretário: Manuel José Soares Marçal, em exercício

Deputados Eleitos presentes na sessão:

- Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira (GMPSD);
- José António da Costa Moreira da Rocha, em substituição de Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus (GMPSS);



- Pedro Maldonado Martins de Carvalho (GMPSD);
- Manuel António da Rocha Pereira (GMPS);
- Jorge Humberto Castro Rocha Quintas (GMMPPM);
- Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira (GMPSD);
- Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro (GMPS);
- Carlos Filipe Ribeiro Novais, em substituição de Sandra Manuela Cardoso da Cunha e de Paulo Ramalheira Teixeira (UCPT);
- Carlos Filipe Gonçalves Trindade (GMPSD);
- Manuel António Fernandes Mendes (GMPS);
- António Luis da Costa Esteves (GMPSD);
- Rodrigo António Joaquina Pereira, em substituição de Silvia Raquel Amaral da Cruz (GMMPPM);
- António da Silva Pinto (GMPS);
- José Carlos Vieira Tavares, em substituição de Ana Margarida Pinto da Rocha (GMPSD);
- Giselda Martins de Sousa Neves (GMPS);
- Paulo Carlos Alves Vieira (UCPT);
- Manuel José Soares Marçal (GMPSD);
- João Luiz da Silva Vieira (GMMPPM);
- Ângelo Soares Fernandes (GMPS);
- João Manuel Ferreira da Silva, em substituição de Inês Duarte da Silva Martins (GMPSD);
- José Vieira Gonçalves (GMPS).

Presidentes de Junta de Freguesia presentes na sessão:

- António da Costa e Cunha (GMPSD);
- Joaquim Luiz Vieira Martins (GMPS);
- Ricardo Jorge Mendes Cardoso (GMPS);
- Francisco Manuel Fernandes Silva (GMPSD);
- Carlos Manuel da Silva Moreira (GMPSD);
- Carlos Alberto Moreira da Rocha (GMMPPM).

Elementos da Câmara Municipal (CM) presentes na sessão:



Fls. 323

Presidente da Câmara: José Duarte de Sousa e Rocha

Vereadores: José António dos Santos Vilela, Liliana Catarina Martins Vieira, José Manuel Moreira de Carvalho, António dos Santos Rodrigues e Vitor Manuel Quintas Pinho.

Verificada a existencia de quórum Sr. Presidente da AM declarou aberta a sessão pelas 20:05 horas.

O Sr. Presidente da AM deu nota dos seguintes pedidos de substituição para a presente sessão:

- Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, eleito pelo PS, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, substituído pelo deputado José António da Costa Moreira da Rocha, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.º da referida Lei.
- Sílvia Raquel Amaral da Cruz, eleita pelo MPM, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, substituída pelo deputado Rodrigo António Joaquina Pereira, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.º da referida Lei.
- Paulo Ramalheira Teixeira, eleito pelo UCPT, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, substituído pela deputada Sandra Manuela Cardoso da Cunha, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.º da referida Lei.
- Inês Duarte da Silva Martins, eleita pelo PSD, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, substituída pelo deputado João Manuel Ferreira da Silva, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.º da referida Lei.
- Sandra Manuela Cardoso da Cunha, eleita pelo UCPT, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, substituída pelo deputado Carlos Filipe Ribeiro Novais,



Fls. _____

nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.º da referida Lei.

O Sr. Presidente da AM deu nota dos seguintes pedidos de suspensão de mandato:

- Ana Margarida Pinto da Rocha, eleita pelo PSD, nos termos do previsto no artigo 77.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, pelo período de 5 dias, nos termos do previsto nos termos do previsto no n.º 2 e 3 - alínea g), do artigo 4.º do Regimento da AM, e do artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, que depois de apreciado foi aprovado por unanimidade.

De seguida operou-se a respetiva substituição pelo deputado José Carlos Vieira Tavares, nos termos do previsto no n.º 4, do artigo 76.º da referida Lei.

Período Antes da Ordem do dia

1. Informações gerais e expediente.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para informar que vai-se realizar no próximo dia 30 de setembro o XXVI Congresso da “ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses”, tendo também dado nota que enviou o programa do congresso aos Senhores Deputados da AM.

2. Votação da ata da reunião ordinária de 21 de abril de 2023.

Deliberação: Apreciada e aprovada por unanimidade pelos membros presentes na reunião.

3. Votação da ata da reunião extraordinária de 9 de junho de 2023.

Deliberação: Apreciada e aprovada por unanimidade pelos membros presentes na reunião.

4. Votação da ata da reunião ordinária de 16 de junho de 2023.

Deliberação: Apreciada e aprovada por unanimidade pelos membros presentes na reunião.

O deputado Paulo Carlos Alves Vieira (GMUCPT) assistiu à sessão a partir deste ponto.

5. Assuntos gerais de interesse municipal.

Hk.
L
J

O deputado Carlos Novais (GMUCPT) usou da palavra para solicitar um ponto de situação referente à famosa “Caixa de Pandora” (faturas cobradas ao Município pelo Hospital de S. João pela realização de testes ao vírus “Covid-19”, no montante de mais de 100.000,00€), e um ponto de situação referente à auditoria financeira realizada à Câmara Municipal.

Deu nota que a “Quinta do Pinheiro” está um pouco ao abandono: o bar de apoio está muito degradado, as casas-de-banho não existem, tendo questionado o que é que o executivo pretende fazer para revitalizar aquele espaço.

Informou que a travessa João de Paiva tem o piso em muito mau estado, tendo questionado o que é que está previsto para aquela travessa.

Solicitou um ponto de situação da expropriação dos terrenos do percurso pedestre “Viver o Payva D’ouro”, e um ponto de situação do processo relativo à desagregação das freguesias de Sobrado e Bairros e das freguesias da Raiva, Pedorido e Paraíso. Disse que acha que este é um processo que apenas ganha força em período de eleições.

Deu nota que foram “invadidos” nas redes sociais com vídeos e fotos relativos à pintura da estrada entre a Ladroeira e Arouca (não vai dizer se está torto ou menos torto), tendo questionado se é verdade, ou não, que o trabalho só foi feito por dois funcionários municipais; se houve o apoio das forças de segurança, de outros funcionários municipais ou de sinalização luminosa, corte da via, para garantir a segurança desses funcionários.

Referindo-se a uma queixa apresentada pelos moradores do Bairro Social da Raiva sobre a abertura de um portão de uma fábrica construída numa zona industrial colada ao bairro. Disse que esteve no local, tendo apelado (não está em causa a questão da legalidade, ou não, porque serão os serviços municipal a indagar isso) à atenção do Sr. Presidente da Câmara, porque aquilo não faz sentido nenhum (é uma estrada com acesso único com um grande declive), que faça todos os esforços para tentar resolver a situação junto do empresário.



O deputado Jorge Quintas (GMMPPM) usou da palavra para dizer que consta no site da “ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipal” o nome de Castelo de Paiva, tendo também aquela associação remetido quatro missivas à AM, não sabendo se é por cortesia ou se é por não possuir informação de que a AM não é associada da “ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipal”.

Solicitou um ponto de situação do processo relativo à transmissão em direto e online das sessões da AM.

Relativamente à pintura da estrada dos fornos ao Santo Adrião, questionou se o Sr. Presidente ou o Sr. Vice-Presidente da Câmara se deslocaram ao local; se a tinta é a apropriada; se os “zig-zag” derivam de alguma desafinação da máquina.

Sobre a abertura de um portão no Bairro Social da Raiva, disse que os deputados do GMMPPM se deslocaram ao local e registaram a indignação da população. Defendeu que não faz sentido aquela obra num bairro social que já existia antes da zona industrial, tendo questionado se a reunião agendada com os moradores se realizou, e se sim, se a Câmara Municipal disse aos moradores se autorizou a abertura do portão, e se não autorizou, quais serão as consequências. Referiu que soube que um dos moradores pôs a casa à venda precisamente pela intervenção que lá está a ser feita e que está a retirar a privacidade aos moradores.

O deputado José António Rocha (GMPS) usou da palavra para questionar o Sr. Presidente da Câmara se relativamente à conclusão da Variante à EN 222, teve alguma reunião com algum membro do Governo ou da empresa “Infraestruturas de Portugal”, ou se fez alguma diligência para ter uma reunião nesse sentido.

Referindo-se à Casa da Boavista, disse que lhe constou que se realizou uma reunião entre a Câmara Municipal e o Dr. Bernardo Alegria da qual resultou o início de um entendimento, tendo questionado se há algum procedimento a iniciar-se; se há algum protocolo de entendimento; se a comissão criada pela AM está a par desta situação.



Deu nota que quem percorrer as estradas do concelho depara-se com a enorme quantidade de lixo (plástico, garrafas, metal) depositado nas bermas, algo que não fica bem ao Município. Desafiou a Câmara Municipal a pôr a Divisão de Ambiente a realizar ações de sensibilização, por exemplo chamando as associações locais a mobilizar Paivenses num dado dia para a limpeza do nosso território.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, Carlos Moreira (GMPSD), usou da palavra para agradecer à Câmara Municipal a conclusão da empreitada da calçada dos Barros e do caminho do Reguengo. Solicitou um ponto de situação do processo relativo aos limites das freguesias; um ponto de situação referente ao processo de colocação das placas da toponímia; um ponto de situação relativo ao projeto de requalificação do cais do Castelo.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Carlos Rocha (GMMPM), usou da palavra para dizer que achou estranho que não se agendasse para esta sessão da AM o processo relativo aos limites das freguesias, porque se lembra que quando faltava um ano e meio para terminar o mandato as pessoas desinteressaram-se alegando que já não tinham legitimidade dado que as eleições estavam próximas. Disse que esta era a altura ideal para resolver o problema, caso contrário arrastar-se-á por mais uma data de anos, e as pessoas estão aborrecidas com o problema do lugar de Celeirós, pelo que é importante resolver essa situação de uma vez por todas (as Juntas de Freguesia fizeram o seu trabalho).

Agradeceu ao executivo a colocação de pavimento no Vale da Mota e o início da obra na Rua da Portela.

Referiu que estão a meio do mandato, ainda têm muito para fazer (primeiro ano foi pouco produtivo devido a um conjunto de situações), mas agora têm condições para lançar um conjunto de obras que eliminem uma série de situações antigas nas freguesias.

Deu nota que o dinheiro das freguesias para se fazer as limpezas das vias municipais começa a ser muito pouco, pelo que solicitou à Câmara



Municipal que reforce essa verba no próximo orçamento para o ano de 2024.

Concluiu, referindo que é urgente resolver o problema da ligação do Gafanhão ao Chão-da-Carraçosa, uma vez que a estrada não oferece condições de circulação.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura,

Ricardo Cardoso (GMPS), usou da palavra para solicitar um ponto de situação do processo referente aos limites das freguesias, dado que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria de Sardoura já deliberou sobre o assunto em dezembro de 2022, e que é um processo que está a trazer constrangimentos ao lugar da Fontela; um ponto de situação relativo à colocação das placas de toponímia. Disse que na última reunião realizada sobre este assunto com o Sr. Vice-Presidente da Câmara, cada um dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia ficou de verificar as placas em falta e a Câmara Municipal ficado de encomendar essas placas; um ponto de situação relativo à estação elevatória de Alfães, tendo questionado se a Câmara Municipal e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia vão voltar a reunir com a empresa “Simdouro” para fazer pressão sobre o assunto.

Propôs que a Câmara Municipal atribua uma verba às Juntas de Freguesia para a realização de pequenas reparações em vias de comunicação secundárias e para a reparação de muros.

Concluiu, solicitando que a Câmara Municipal informe os Presidentes de Junta aquando da execução de intervenções de maior vulto nas freguesias, porque por vezes essas intervenções são realizadas e não tem conhecimento de que estão a ocorrer.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, Francisco

Silva (GMPSD), usou da palavra para agradecer à Câmara Municipal a conclusão da obra na Rua da Soalheira e na Rua de Crava; a adjudicação da obra na Rua do Cruito e do muro da Adróia; a requalificação da Rua de S. Brás e a requalificação da Rua do Ramalhal e respetiva ligação de



Fls. 326

saneamento até junto à ponte da Lama, sendo este o primeiro passo para a resolução do problema das fossas de Adróia que são uma fonte de poluição do rio Sardoura.

Referindo-se à intervenção do deputado José António Rocha (GMPS) relativa à sensibilização da população para a questão do lixo depositado nas bermas das estradas, disse que a Junta de Freguesia de S. Martinho realiza há vários anos uma iniciativa de recolha de lixo pela freguesia, tendo informado que no feriado de 5 de outubro vai ser realizada uma nova iniciativa nesse sentido.

Solicitou um ponto de situação da elaboração do projeto da Rua do Mirante; da Rua de Valetruto e fontanário; da conduta em alta entre a sede do rancho e a Balsa; da ampliação da ETAR de Oliveira Reguengo (projeto estará entregue a uma empresa).

O deputado João Vieira (GMMPPM) usou da palavra para questionar porque é que não foi colocada rede sombra para a realização das marchas infantis de S. João, uma vez que estava muito calor e as crianças sofreram com isso.

Referindo-se à bienal da cultura, disse que gostou de ouvir o Sr. Presidente da Câmara dizer no final do evento que a cultura e o património estão na linha da frente do executivo. Defendeu que não basta falar, é preciso agir para conservar e restaurar muito do nosso património.

Questionou porque é que as associações do concelho não foram convidadas a fazer parte da bienal, e porque é que o evento não se focou na cultura local, defendendo que o executivo municipal devia divulgar a cultura e o património do concelho. Disse que o que salvou a “honra do convento” foi o fecho da bienal com a atuação conjunta das três bandas do concelho.

Informou que há umas “alminhas” em Fornos, nas Fontainhas, datadas de 1825, que têm um retábulo em madeira, o que é raro, e que estão a ameaçar ruína, tendo solicitado ao Sr. Presidente da Câmara o restauro dessas “alminhas”.



Questionou quando é que se vai acrescentar “Mãe de Santo António” à Rua Teresa Taveira para repor a verdade, a cultura e a tradição, achando que não o fazer é uma “casmurice”.

A deputada Giselda Neves (GMPS) usou da palavra para dizer que se aproxima o tempo de começarem a ter respostas, tendo solicitado um ponto de situação da construção do IC35 e da conclusão da Variante à EN 222; um ponto de situação relativo à reconstrução do “CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas”, tendo sugerido que se retirem os panos desfeitos que se encontram no local. Referiu que o Sr. Presidente da Câmara informou na sessão da AM de 16 de junho passado, que na semana seguinte iria realizar-se uma reunião com o representante do “IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional” e com a Sra. Delegada sobre o assunto, tendo questionado se há alguma informação dessa reunião.

Defendeu que o problema da habitação é um problema a nível nacional que afeta o concelho. Disse que ficaram felizes com o facto de a “ELH – Estratégia Local de Habitação” do Município ter sido das primeiras a ser apresentada e aprovada, mas depois o processo emperrou; que há vários concelhos que estão a entregar casas de habitação social ao abrigo do 1.º Direito; que têm de aprender com os bons exemplos dos concelhos vizinhos, porque o concelho tem aqui um problema básico de condição humana e humanista, de uma justiça social que é terem uma habitação condigna, pelo que tem que se aproveitar as escolas desativadas para o efeito. Defendeu que a “ELH – Estratégia Local de Habitação” permite muita coisa: permite reabilitação, compra, construção, pelo que há concelhos que compraram habitação já construída, tendo questionado se isso não é possível no nosso concelho; que há ótimas casas pré-fabricadas que podiam ser logo instaladas em determinados terrenos, tendo perguntado se isso é possível, e se sim, porque não aproveitar.

Questionou para quando é que está prevista a requalificação da escola EB2/3, porque as condições da escola estão cada vez mais degradadas; não estão garantidas as condições de segurança das crianças; as condições de



Fls. 327

higiene são precárias. Disse que o edifício da escola e a zona envolvente constitui um grande ativo para a autarquia, pelo que têm que zelar por aquele espaço, caso contrário em breve não há dinheiro para a reconstrução.

O deputado Carlos Trindade (GMPSD) usou da palavra para dizer que é mais fácil apontar os defeitos do que as virtudes, mas passaram-se coisas boas no concelho nos últimos meses: realização das marchas de S. João que muito significam o feriado municipal; a Feira do Vinho Verde, à qual o executivo municipal deu uma nova roupagem; a bienal da cultura, evento cultural de excelência, onde a cultura e a história marcaram presença.

Solicitou um ponto de situação da criação da Casa de Emergência Social; um ponto de situação do arranjo urbanístico junto à capela de Sá, em Santa Maria de Sardoura, tendo questionado se é uma obra da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal, e se a autarquia tem comparticipado, e quanto, com a cedência de material.

Felicitou a Câmara Municipal pela obra executada em S. Gens; a que está a decorrer na Rua do Pinheiro; a que foi executada em Guivães, tendo questionado se a Câmara Municipal a comparticipou de algum modo. Informou que solicitou ao Sr. Presidente da Câmara o relatório relativo ao estado dos equipamentos municipais. Disse que as imagens que ia mostrar são o espelho de equipamentos que foram deixados ao abandono durante 12 anos (desafiou os deputados da AM a requerer cópia do relatório), dai o facto da piscina municipal coberta estar encerrada, tendo louvado o Sr. Presidente da Câmara por ter tido a coragem de o fazer, porque aquele equipamento não tem as condições mínimas de segurança: sistema de ventilação; cobertura interior completamente degradada; risco de contaminação da água; deficiente condição dos motores de filtragem.

Deu também nota de uma série de deficiências que constam no relatório relativo ao pavilhão desportivo de Sobrado (cobertura com fissuras; balneários completamente degradados); à piscina municipal do Castelo (esgoto a céu aberto e ao longo das instalações; fugas de água no tanque



principal); tendo questionado se estas deficiências ainda existem, e se sim, se já foi feito algo para reverter essas situações.

Deu também nota da existência de 26 paragens de autocarros com cobertura em amianto (as crianças são os principais utilizadores destes equipamentos). Disse que havia um relatório em 2015 que já apontava esta perigosidade, tendo questionado o que é que foi feito desde então.

Concluiu, desafiando os deputados da AM a lerem os referidos relatórios.

O deputado Rodrigo Pereira (GMMPPM) usou da palavra para manifestar a sua satisfação pela presença de tanto público nesta sessão, pena que seja pelo motivo que é.

Informou que também se deslocou à Raiva e que a situação é abominável, porque quando as pessoas ali se fixaram tinha a certeza de que aquele espaço era reservado só para elas, mas que a partir do momento em que foi construído um edifício na zona industrial (algo que não desprezam, antes pelo contrário) foi feita uma abertura que vem devassar as vistas e o alojamento de toda aquela gente.

Solicitou um ponto de situação relativo ao edifício onde funcionaram os serviços de finanças, dando nota que já lá existe um vidro partido por onde cabe uma pessoa. Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se há algum interesse em dar uma alternativa àquele edifício, designadamente ao 1.º piso que é um espaço enorme, eventualmente para habitação.

Referiu que o acesso da Ladroeira a Várzea está muito degradado; que no acesso da Ladroeira aos fornos os camiões destroem os telhados das casas, tendo perguntado ao Sr. Presidente da Câmara se tem em carteira a criação de um acesso alternativo.

A deputada Fátima Strecht (GMPS) usou da palavra para dizer que algumas ruas já têm colocadas as placas de toponímia, mas a poucos metros há ruas onde isso ainda não acontece. Disse que também há certas ruas que têm colocadas as placas numa extremidade e na outra extremidade ainda não, tendo solicitado um esclarecimento.

Deu nota que as pessoas continuam a reclamar do serviço prestado pelos “CTT – Correios de Portugal”, dando o exemplo dos cortes de eletricidade que têm sido feitos aos particulares. Referiu que as pessoas continuam sem saber a quem se dirigir para reclamar, porque as cartas continuam a chegar atrasadas, e não obtêm informação junto dos “CTT – Correios de Portugal” sobre a quem o fazer.

Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se reuniu com a direção dos “CTT – Correios de Portugal”.

Concluiu este assunto, referindo que, inclusivamente, houve imigrantes que regressaram das suas férias sem conseguir resolver os problemas que colocaram aos “CTT – Correios de Portugal”.

Deu também nota que foi colocado um sinal de trânsito proibido junto ao Largo da Ladroeira que desapareceu passados dois ou três dias, foi retirado, tendo questionado quem é que mandou colocar o sinal e se o assunto foi presente à Comissão Municipal de Trânsito.

Concluiu a sua intervenção, solicitando uma informação relativa aos custos da Feira do Vinho Verde, tendo questionado quanto é que pagaram os expositores que estiveram presentes no evento. Questionou os custos que foram cobrados às famílias que visitaram o evento, em particular os custos dos Kit (7,50€).

A deputada Vanessa Pereira (GMPSD) usou da palavra para dizer que a requalificação da EB1 de Oliveira do Arda é uma obra importante que dignifica aquele espaço, tendo perguntado se a Câmara Municipal teve de equipar a escola e quanto é que esse equipamento custou; se haverá mais alguma intervenção em algum JI ou EB1 pela falta de manutenção que ocorreu ao longo do tempo.

Manifestou o seu agrado pelo facto de o executivo ter entregado as fichas escolares diretamente nas escolas.

Deu nota de uma medida importante implementada pelo executivo de apoio no âmbito das refeições escolares às famílias que passam mais dificuldades, porque há muitas crianças que só comem na escola. Informou que o



investimento nesta medida ascende a 200.000,00€ e traduz-se da seguinte forma: as crianças com o escalão A ou B não pagam as refeições e as crianças com o escalão C, ou mais, que pertencem a essas famílias da classe média que estão com dificuldades só pagam 0,73€/refeição, o que é muito importante para essas famílias, principalmente para as que têm vários filhos. Disse que além daquela medida, o executivo também passou a oferecer o lanche escolar aos alunos do Pré-Escolar.

Concluiu a sua intervenção, solicitando um ponto de situação da efetivação da “UCC – Unidade de Cuidados Continuados” no concelho, serviço que considera ser muito importante para a população.

O deputado Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para perguntar se foi contratada uma entidade externa para idealizar o programa da Bienal da Cultura, e se sim, qual foi o custo; quem é que definiu o modelo do evento. Deu nota que no âmbito da Bienal da Cultura foi feita uma homenagem ao escritor e jornalista Manuel António Pina no Cavalete do Fojo, e bem, desconhecendo se há alguma relação entre o escritor e o Couto Mineiro, tendo solicitado um esclarecimento.

Informou que esteve presente na apresentação do livro escrito pelo deputado João Vieira (GMMPP), e para seu espanto foi a primeira vez que no lançamento de um livro os presentes não puderam adquirir um exemplar, tendo mais tarde recebido a indicação do Sr. Presidente da AM que iria solicitar que os eleitos municipais que estiveram presentes nessa apresentação pudessem obter um livro. Disse que o livro deveria ter estado disponível no evento, nem que para tal os interessados nele tivessem de pagar uma quantia.

Referiu que a Junta de Freguesia de Sobrado e Bairros não terá dado andamento à indicação da Assembleia de Freguesia de se constituir assistente no processo de julgamento do Sr. Vice-Presidente da Câmara. Questionou o Sr. Presidente da UF de Sobrado e Bairros se isso é verdade, e sendo verdade, se podia dar uma justificação.

Relativamente a situações menos positivas que o executivo herdou, disse que se têm uma escola a ser inaugurada é porque houve todo um processo que a isso conduziu.

Salientou que a principal preocupação do anterior executivo foi honrar a imagem pública do Município relativamente às suas contas públicas: sem ovos não se fazem omeletas.

Reconheceu que, infelizmente, as situações relatadas pelo deputado Carlos Trindade (GMPSD) são verdadeiras, mas o referido deputado também sabe que o PS pugnou por honrar as contas do Município, sendo que o Resumo Diário de Tesouraria desta semana tem um montante de 4.214.050,00€ em disponibilidades, ou seja, há dinheiro, e bem, não se tem feito aquilo que o deputado Carlos Trindade (GMPSD) reivindicou.

Referiu que à semelhança do que fizeram com o agendamento de uma sessão extraordinária da AM para debater o tema da educação, que correu bem, foi um debate construtivo e benéfico, estão a meio do mandato e julga que será pertinente fazer algo semelhante para análise do que foi feito nos últimos dois anos e tentarem perceber o que acontecerá nos próximos dois. Disse que nesse sentido o GMPS vai solicitar ao Sr. Presidente da AM vários documentos das várias áreas de atuação, e depois disso poderão reunir numa AM extraordinária para fazer a análise do que foi feito, os frutos colheram nestes dois anos, e tentarem perceber o que é que têm “semeado” para que possam “colher” mais à frente. Referiu que pode ser num modelo de transmissão em direto na Paivense FM, com questões colocadas pela população, para que todos possam debater o saldo atual deste meio mandato.

O deputado Carlos Trindade (GMPSD) pediu para intervir em defesa da honra.

Referiu que não gosta de ficar escondido atrás do que quer que seja: sabe, conforme foi dito pelo deputado Manuel Mendes (GMPSD), que houve uma preocupação do anterior executivo em pagar a dívida, mas não é tudo; que também sabe ...



O deputado Manuel Mendes (GMPS) interrompeu a intervenção do deputado Carlos Trindade (GMPSD) para questionar qual foi o foco da sua ofensa à honra do referido deputado.

O Sr. Presidente da AM solicitou ao deputado Carlos Trindade (GMPSD) que prosseguisse com a sua intervenção, porque ele próprio estava a tentar perceber algo que estivesse enquadrado no exercício da defesa da honra.

O deputado Carlos Trindade (GMPSD) retomou a sua intervenção com a entrega ao deputado Manuel Mendes (GMPS) do relatório relativo à avaliação dos equipamentos municipais.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para responder a algumas questões que foram colocadas à Mesa.

Referindo-se à intervenção do deputado Carlos Novais (GMUCPT), na parte relativa ao ponto de situação do processo de desagregação das freguesias, informou que ainda esta semana solicitou esclarecimentos ao Sr. Presidente da Assembleia da República, porque a informação não oficial que tem é a de que há uma comissão que está a analisar os processos, e que além disso não há mais informação, esperando receber uma resposta da qual dará conhecimento aos deputados da AM.

Referindo-se à intervenção do deputado Jorge Quintas (GMMPM), informou que foram feitas diversas comunicações à “ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais” dando nota que a AM não é associada daquela entidade e para retirar o nome da página de internet, o que foi feito, mas pelos vistos aparece agora numa listagem. Solicitou ao referido deputado que depois lhe indique exatamente onde é que aparece para que se faça nova comunicação a reiterar que a AM não é associada da “ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais”.

Relativamente à transmissão em direto e online das sessões da AM, informou que o primeiro concurso ficou deserto, e, entretanto, solicitaram aos serviços para consultarem outras entidades para terem uma melhor percepção dos preços que seriam praticados, inclusive algumas sugeridas por membros da Conferência de Líderes. Disse que já receberam essa



Fls. 330

informação e na passada semana intercedeu junto do Município para que fosse aberto novo concurso.

Sobre a Casa da Boavista, deu nota da realização de uma reunião entre a Câmara Municipal e o Dr. Bernardo Alegria. Disse que quando teve conhecimento da realização dessa reunião solicitou ao Sr. Presidente da Câmara a respetiva ata, a qual fez chegar aos membros da comissão de acompanhamento do disposto no relatório final do testamento do Conde.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que em relação à intervenção do deputado Carlos Novais (GMUCPT), na parte referente às faturas devidas pela realização de testes ao “Covid-19”, estão a aguardar uma resposta da “ARS-N – Administração Regional de Saúde do Norte” sobre qual o procedimento a adotar.

Informou que a auditoria financeira à Câmara Municipal está concluída e será dada a conhecer à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal.

Informou também que o bar de apoio à Quinta do Pinheiro foi vandalizado várias vezes, pelo que está a ser recuperado, tal como está a ser recuperado o espelho de água para ser posto a funcionar.

Relativamente à travessa João de Paiva, respondeu que é uma das muitas vias do concelho que ainda se encontram em terra batida. Disse que é uma das situações que está a ser analisada pelos serviços (as prioridades são muitas), esperando dar uma resposta em breve quer nesse local, quer noutras.

Em relação ao percurso pedestre “Viver o Payva D’ouro”, contextualizou o processo em conformidade com o que já tinha feito em anteriores sessões da AM, estando a aguardar a decisão do recurso interposto relativo à avaliação dos terrenos.

Em relação ao processo de desagregação das freguesias, respondeu que a UF de Sobrado e Bairros e a UF da Raiva, Pedorido e Paraíso tramitaram os processos, tal como foi feito pela Câmara e Assembleia Municipal, e, entretanto, foram remetidos para a Assembleia da República que, por sua



vez já informou que o processo está a ser tramitado (estão a aguardar novidades sobre o tema).

Sobre a execução de uma abertura para um portão junto ao Bairro Social da Raiva, informou que o assunto já foi objeto de intervenções da parte de moradores na parte destinada à intervenção do público em duas reuniões de Câmara, sendo que na última reunião convidou-os a estarem presentes nos serviços municipais na passada Quarta-Feira para lhes explicar a situação. Disse que se trata de uma abertura feita pela empresa sem licenciamento municipal, tendo explicado a quem veio à reunião que foi instaurado um processo de contraordenação para que a empresa apresente um pedido de legalização no prazo que foi estipulado, ou não, conforme ditarem os serviços.

Referindo-se à intervenção do deputado José António Rocha (GMPS), informou que já contactou o Governo e a “Infraestruturas de Portugal” relativamente à conclusão da Variante à EN 222, tendo também, entretanto solicitado uma nova reunião com o Ministro das Infraestruturas, Dr. João Galamba, para fazer um ponto de situação. Referiu que o último contacto formal foi com o Ex. Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Dr. Pedro Nuno Santos, que garantiu que os timings estão a ser cumpridos.

Salientou que o estudo de impacto ambiental está concluído; o traçado final está definido; os levantamentos geológicos para a construção da estrada estão em fase de conclusão, pelo que lhe foi dito que durante o mês de setembro/outubro o processo iria para aprovisionamento e consequente lançamento de concurso público internacional, para que no início de 2024 se proceda à adjudicação.

Em relação à construção do IC35, deu nota que está a ser construído um troço de 1,5km entre Penafiel e Rans. Disse que na altura o Ex. Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Dr. Pedro Nuno Santos, informou-o que esperava que até ao final do ano de 2025 a obra estivesse concluída até Entre-os-Rios. Informou que têm existido alguns problemas ao nível do projeto da conclusão da via, porque de Rans até Entre-os-Rios é uma zona



Fls. 331

JR

de muitas pedreiras, algumas delas abandonadas, que exigem a elaboração de pareceres geológicos e também de carácter ambiental, estando muito empenhado neste processo, porque são obras fundamentais para o concelho.

Confirmou a realização de uma reunião a propósito da Quinta da Boavista, envolvendo cada um dos representantes das forças políticas com assento na Câmara Municipal e o Dr. Bernardo Alegria, que também veio em representação da Dra. Filipa. Disse que o Dr. Bernardo Alegria apresentou algumas propostas no sentido da cedência dos jardins da Quinta da Boavista para que a Câmara Municipal possa construir um parque urbano idealizado por um arquiteto paisagístico de renome, sendo que uma das condições colocada pelos elementos da Câmara Municipal é a de olhar como um todo para a questão da Quinta da Boavista, porque também existe a casa e o restante património. Referiu que foi uma primeira reunião que ainda não conduziu a resultados práticos, e a existência de um memorando consubstanciado na ata dessa reunião que foi distribuída aos membros da comissão de acompanhamento criada pela AM.

Sobre a questão do lixo depositado nas bermas das estradas do concelho, referiu que há uma falta de civismo de muita gente, algo que acontece um pouco por todo o país. Informou que têm sido realizadas ações de sensibilização nas escolas organizadas pela empresa “Ambisousa”, mas infelizmente ainda se verifica essa falta de civismo.

Referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, Carlos Moreira (GMPSD), deu nota que quanto ao processo referente aos limites das freguesias, espera tê-lo concluído a breve prazo para ser submetido a apreciação e deliberação da Assembleia Municipal. Enfatizou que os limites das freguesias já estavam incorretos desde o ano de 2001, sendo que essas incorreções fizeram-se notar no decurso do processo da toponímia.



Relativamente às placas da toponímia, informou que estão a ser colocadas e que serão encomendadas a globalidade das placas ainda em falta para concluir o processo.

Deu nota que o projeto relativo à requalificação do cais do Castelo está a ser elaborado. Disse que espera ter uma reunião na “APA – Agência Portuguesa do Ambiente” durante o próximo mês de outubro para fechar o projeto para que este possa ser candidatado e financiado no âmbito do “Portugal 2030”.

Referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura, Ricardo Cardoso (GMPS), respondeu que em relação à estação elevatória, a empresa “Simdouro” lançou um procedimento para a elaboração de vários projetos. Informou que a empresa solicitou que o Município se pronuncia-se sobre o alargamento do acesso à ETAR de Fornos, e que a indicação que lhe têm dado relativamente aos restantes projetos é a de que ainda estão em elaboração; que têm realizado várias reuniões técnicas com a empresa, e que independentemente desta fazer, ou não, o saneamento em alta, a Câmara Municipal está a avançar com o saneamento em baixa.

Informou também que felizmente, ou infelizmente, no âmbito do “Portugal 2030” existe uma dotação de 2.600.000,00€ para o saneamento em baixa, considerando que é uma verba muito reduzida (é uma ajuda), havendo agora que lançar projetos, sendo que já tem o projeto do Vale da Mota e zona envolvente de Real concluído, estando a aguardar a abertura das candidaturas a fundos comunitários.

Sobre a obra em S. Gens, confirmou que foi feito um grande arruamento na urbanização de S. Gens. Explicou que o que ocorreu no local foi um desvio de águas pluviais, algo que não justifica que se avise o Sr. Presidente da Junta de Freguesia.

Referindo-se à proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura, Ricardo Cardoso (GMPS), de reforço das verbas a transferir para as Juntas de Freguesia para a realização



Fls. 332.

de pequenas intervenções em vias de comunicações e em muros, sempre que tem sido solicitado a Câmara Municipal tem ajudado com a cedência de materiais, e que ainda este ano a autarquia cedeu um funcionário à Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura (Câmara Municipal paga o salário), mas estão a chegar à altura de negociar o orçamento para 2024 e ouvirão todas as propostas de todos os Presidentes de Junta de Freguesia.

Referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, Francisco Silva (GMPSD), informou que o projeto do Mirante está a ser orçamentado para que possa ser lançado a concurso.

Em relação à obra de Valetruto, informou que o concurso foi aberto, mas ficou deserto, pelo que terá de se lançar novo procedimento.

Referindo-se à intervenção do deputado João Vieira (GMMPPM), reconheceu que a não colocação de malha sombra para o desfile das marchas infantis de S. João terá sido uma falha. Disse que houve um reforço de verba por criança para o evento.

Quanto à Bienal da Cultura, referiu que em Castelo de Paiva não são mais, nem menos, do que os outros, ou seja, os Paivenses também têm direito à cultura, pelo que trazer algo de diferente para ser visto pelas pessoas é positivo.

Respondeu que houve a participação da Academia de Música de Castelo de Paiva, das três bandas de música do concelho; houve fado junto à igreja de Real, ou seja, a essência da bienal passa por trazer para o concelho aquilo que não existe cá para que os Paivenses possam ter acesso a esse tipo de cultura.

Reconheceu que as “alminhas” das Fontainhas estão em mau estado, mas que o deputado João Vieira (GMMPPM) também sabe que são propriedade privada.

Sobre a sinalética da Rua Teresa Taveira, assumiu que tinha culpa pelo facto de a mesma ainda não ter sido corrigida, mas que poderá assumir o custo da correção da sinalética do seu bolso.



Referindo-se à intervenção da deputada Giselda Neves (GMPS), referiu que quanto à recuperação do “CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas”, têm existido reuniões da Comissão de Acompanhamento, e tem feito várias tentativas de contacto quer com o Sr. Secretário de Estado do Trabalho, quer com a Sra. Ministra para agendar uma reunião, que, entretanto, chegou a ser marcada para agosto, mas como o Sr. Secretário de Estado foi de férias, continua sem resposta.

Relembrou que quando se deu o incêndio saiu uma resolução do Conselho de Ministros a dar como prioritária a reconstrução daquele equipamento, sendo que o terreno é propriedade do Ministério do Trabalho e da Segurança Social.

Informou que já deu várias soluções, que passam até pela possibilidade de a Câmara Municipal contribuir com algo para a reconstrução daquele espaço (eventual aproveitamento para zona industrial), de forma a fixar mais indústrias, mais pessoas e mais postos de trabalho, mas infelizmente não tem tido respostas.

Relativamente à “ELH – Estratégia Local de Habitação”, referiu que é verdade que a de Castelo de Paiva foi uma das primeiras a ser aprovadas, mas não havia terrenos: o único terreno que havia e cujo projeto ainda não foi entregue era o do Choupelo, estando a aguardar a entrega das especialidades para poder avançar.

Realçou que em relação aos bairros sociais, esteve desde janeiro a julho a aguardar autorização e envio do protocolo com a verba necessária à reconstrução dos 30 fogos habitacionais pertencentes ao Município. Disse que estão agora a desenvolver as diligências para lançar o concurso, num investimento de cerca 3.500.000,00€; que no âmbito dos terrenos já adquiridos pelo Município, designadamente na Feitoria, em Real, em Ourais, nas Meirinhas e em Póvoa 2, já lançaram um concurso público para adjudicação do projeto de arquitetura; que a propósito do fecho do JI de Vila Verde e JI de Oliveira Reguenga, já encetou contactos com os Senhores Presidentes da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura e

da Junta de Freguesia de S. Martinho, para que aquelas duas infraestruturas sejam direcionadas para a “ELH – Estratégia Local de Habitação”; que já têm um terreno apalavrado em S. Martinho e em Fornos; que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura também ficou de dar notícias neste âmbito, ou seja, estão a falar em 96 habitações sociais que somadas às 14 do Choupelo totalizam 100 habitações sociais.

Informou que a “ELH – Estratégia Local de Habitação” prevê a aquisição de habitações, mas o “IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana” é muito rigoroso em vários aspectos, e um deles é a eficiência e a classe energética das casas, sendo que os pré-fabricados não se enquadram nesses critérios.

Sobre a requalificação da escola EB2/3, informou que está a aguardar a abertura de candidaturas no âmbito do “Portugal 2030” para ter financiamento para o efeito. Salientou que têm de ter noção de que estão a falar de um orçamento para a obra de 2.200.000,00€, pelo que sem o apoio de fundos europeus a Câmara Municipal não tem possibilidade de executar a obra.

Referindo-se à intervenção do deputado Carlos Trindade (GMPS), informou que a Casa de Emergência Social, anseio de muitos anos, estará concluída no decurso do mês de outubro.

Em relação às obras no adro junto à capela de Sá, respondeu que estão a cargo da Junta de Freguesia. Disse que de acordo com os pedidos que têm sido feitos à Câmara Municipal, e também de acordo com as suas possibilidades, tem cedido trabalhadores, máquinas, já cedeu guias, e fez um procedimento no montante de 12.000,00€ para a cedência de mais material para a Junta de Freguesia concluir a obra.

Informou que também houve a cedência de paralelos para a obra de Guivães.

Deu nota que a piscina municipal coberta está encerrada porque não reúne condições de segurança e de higiene. Referiu que este equipamento terá de ser requalificado ao nível da cobertura, dos equipamentos mecânicos, da



climatização, a substituição de toda a tubagem da piscina (parte dela está apodrecida), esperando ir retificando estas anomalias aos poucos.

Informou também que foi lançado um concurso para a substituição do amianto da cobertura das paragens de autocarros em todo o concelho.

Referindo-se à intervenção do deputado Rodrigo Pereira (GMMPP) sobre o edifício onde funcionou o serviço de finanças, respondeu que o edifício é pertença do Estado e que a Câmara Municipal já notificou a tutela sobre o ato de vandalismo que ali existiu. Disse estar a aguardar que a tutela transfira aquele edifício para o Município.

Relativamente ao acesso alternativo entre os fornos e a Ladroeira, referiu que tem estado a ver várias soluções com o Sr. Presidente da UF de Sobrado e Bairros. Disse que qualquer que seja a solução a adotar invade propriedades privadas, pelo que tem de haver um processo de negociação para que possam fazer a ligação ou à estrada de Real, ou outra alternativa.

Em relação à estrada da Ladroeira a Várzea, deu nota que existem vários acessos com habitações no concelho que se encontram em terra batida sendo esses a sua prioridade, porque aquele acesso tem uma alternativa pela igreja de Bairros.

Referindo-se à intervenção da deputada Fátima Strecht (GMPS), manifestou a sua concordância na parte relativa aos “CTT – Correios de Portugal”, tendo informado que o Município já apresentou reclamações ao Diretor Regional, que tem respondido que o assunto vai ser tratado. Referiu que grande parte das placas de topónimia estão colocadas; as pessoas colocaram o número de porta e continuam a não receber a correspondência. Deu nota que a única novidade é que os “CTT – Correios de Portugal” queriam que quem tivesse caixas comunitárias voltasse a alterar o número. Disse que se os “CTT – Correios de Portugal” não querem contratar pessoas, não vão ser os Paivenses a pagar por isso: é um serviço público que tem de ser prestado, tendo já solicitado ao Diretor Regional que venha reunir com a Câmara Municipal e com as Juntas de Freguesia, porque há a questão do pagamento das reformas, cartões de débito/crédito, algo que não



Fls. 334

pode continuar, esperando que aquele responsável venha ao concelho já no próximo mês de outubro, caso contrário terá de tomar uma atitude junto da “Anacom - Autoridade Nacional de Comunicações”.

Sobre os custos da Feira do Vinho Verde, informou que se cifraram no montante de 100.000,00€. Disse que relativamente às taxas de ocupação, o artesanato não paga, há uma taxa para a restauração, para os vinhos e para os derivados, e há uma diferenciação em relação aos restantes expositores. Reconheceu que o kit foi muito caro, sendo que quem faz a sua comercialização é a “ACI – Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva”.

Referindo-se à intervenção da deputada Vanessa Pereira (GMPSD), informou que a obra de requalificação da EB1 de Oliveira do Arda custou mais 50.000,00€ devido à colocação de gradeamento, arranjos exteriores, colocação de portas nas casas-de-banho (não estavam previstas) e aquisição de mesas e cadeiras.

Referiu que em relação ao saldo de 4.000.000,00€ no Resumo Diário de Tesouraria, respondeu que tem havido investimento em todas as freguesias (investimento de cerca de 300.000,00€ em casa freguesia), o que revela a boa gestão do executivo em permanência, tendo em consideração que o empréstimo de saneamento financeiro continua a ser religiosamente pago, ou seja, a dívida ainda existe e está a ser paga; que além disso é preciso ter dinheiro nas contas para pagar os autos de medição que chegarão referentes às obras em curso, porque assumiu o compromisso de ter contas certas, prova disso é o facto de o “PMP – Prazo Médio de Pagamentos” do Município ser de 14 dias. Disse que ainda há muito para fazer, sendo que se o “Portugal 2030” já estivesse em andamento, e Castelo de Paiva tem uma verba destinada de cerca de 10.000.000,00€ (esperando ainda ir buscar muito mais dinheiro a outros programas), ao contrário dos 4.000.000,00€ do programa anterior, muito mais tinha sido feito, designadamente ao nível da requalificação de escolas e ao nível da habitação.



Confirmou o montante de 200.000,00€ na área da educação nos termos descritos pela deputada Vanessa Pereira (GMPSD).

Informou que serão realizadas obras no JI de Pereire e de Crava, e juntamente com a Junta de Freguesia de Real foi feita uma intervenção no JI de Nojões e na EB1 do Adro.

Sobre a “UCC – Unidade de Cuidados à Comunidade”, respondeu que é uma valência que já funciona desde 2009 em vários concelhos, e que depois de bater em muitas portas este serviço vai-se iniciar no concelho no dia 2 de outubro. Informou que convidou o Sr. Ministro da Saúde a estar presente na inauguração da “UCC – Unidade de Cuidados à Comunidade”, e também para debater outras questões relativas à saúde, designadamente o alargamento do horário de funcionamento da USF de Castelo de Paiva.

Em relação à Bienal da Cultura, respondeu que houve a colaboração de uma entidade externa que custou 26.000,00€, tal como ocorreu nas outras duas edições, tendo informado que o programa do evento foi delineado pelo executivo em permanência.

Informou que o livro elaborado no âmbito da candidatura “Cultura para Todos” é propriedade da Câmara Municipal, candidatura essa que impede a comercialização dos livros. Referiu que a pedido do Sr. Presidente da AM o livro vai ser cedido a quem esteve presente na apresentação, estando também disponível para consulta na Biblioteca Municipal.

O Sr. Vice-Presidente da Câmara, José António Vilela, usou da palavra para dizer que a marcação da estrada dos fornos a Arouca foi executada por dois trabalhadores devidamente sinalizados.

Reconheceu que a pintura da via não ficou devidamente executada pelo facto de a máquina não oferecer condições de segurança para que tal aconteça, sendo que tentarão minorar a situação logo que seja possível.

Informou que o sinal de estacionamento proibido foi colocado a pedido dos moradores da Rua José Duarte da Rocha à Junta de Freguesia, pelo facto de a rua ser muito estreita. Disse que mandou colocar o sinal, mas como não

H.
G.

houve consenso entre os moradores mandou retirá-lo, pelo que o assunto será levado à Comissão Municipal de Trânsito.

6. Apreciação da informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.

O deputado Jorge Quintas (GMMPPM) usou da palavra para referir que na Atividade da Câmara as obras realizadas estão misturadas com a informação relativa à cedência de materiais, achando que essa informação deveria ser separada.

Deu nota que em anterior sessão da Assembleia Municipal referiu que seria útil que aquele documento tivesse uma coluna para se inscrever os custos das intervenções, para que os deputados da AM tivessem uma noção dos custos da Câmara Municipal com essas obras.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que também defende a contabilização dos custos de cada intervenção realizada pelos serviços de Administração Direta, dai a necessidade da implementação da contabilidade analítica nos serviços municipais.

Período de Intervenção do Público

7. Intervenção do Público

A munícipe Maria Emilia Correia, residente no Bairro Social da Raiva, usou da palavra para dar nota que se realizou no dia de ontem uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara a propósito de uma abertura que estava a ser construída à entrada daquele bairro. Disse que já sabia o que é que se estava a passar, mas queria que as pessoas que a acompanharam à sessão da AM ouvissem da boca do Sr. Presidente da Câmara aquilo que já sabia.

O munícipe António José Sousa, residente no Bairro Social da Raiva, usou da palavra para questionar se a fábrica junto ao bairro tem a altura legal, tal como se são legais as três fossas que se encontram a dez metros da sua casa.

O munícipe Manuel Alves Costa, residente na UF da Raiva, Pedorido e Paraíso, usou da palavra para dar nota da necessidade de se repor o muro



tal como estava antes e verificar o seu estado, dado que é um local onde as crianças se reúnem para brincar.

O munícipe José Rocha, residente na UF de Sobrado e Bairros, usou da palavra para dizer que a forma como os deputados apresentam os assuntos é própria das décadas de 80 e 90.

Referiu que não existe higiene e segurança no trabalho no Município, algo que é da responsabilidade da Câmara Municipal.

Manifestou a sua concordância com as obras que estão a ser executadas no concelho, mas defendeu que os Presidentes de Junta de Freguesia deviam acompanhar esses trabalhos, algo que não está a acontecer.

O munícipe João Frederico, residente na UF da Raiva, Pedorido e Paraíso, usou da palavra para dizer que a EB1 de Oliveira do Arda foi requalificada, mas há um muro que está a cair.

O munícipe José Adelino Nunes, residente na UF de Sobrado e Bairros, usou da palavra para dizer que a Corrida das Vindimas deste ano incorporou uma prova distrital de montanha que foi ganha pelo atleta José Vieira, do Grupo Desportivo e Cultural de Castelo de Paiva, que também ganhou por equipas, pelo que solicitou que alguém proponha um voto de louvor ao atleta e clube referidos.

Referindo-se à Bienal da Cultura, disse que ainda ninguém comentou o nome de D. Martinho, tendo a Câmara Municipal executado um mural em sua honra na Quinta do Pinheiro. Disse que em defesa honra: ouviu o Sr. Presidente dizer na rádio Paivense que foi um dos momentos mais solenes da bienal, e que lamentava que as pessoas que mais têm defendido a casa da Boavista não tenham estado presentes. Referiu que não teve conhecimento, a iniciativa não estava no cartaz, tal como houve deputados da AM e Vereadores da Câmara Municipal que também não tiveram conhecimento, tendo pena que a cerimónia não tivesse tido a dignidade que D. Martinho merecia, sendo que agradecia à Câmara Municipal a colocação do mural na Quinta do Pinheiro.

H
A

Perguntou-se a Câmara Municipal deu conhecimento aos Vereadores e aos deputados da AM.

O município César Monteiro, residente na freguesia de S. Martinho, usou da palavra para questionar o que é que vai acontecer ao bar da Câmara Municipal, dado que este vai encerrar.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões que foram colocadas.

Referindo-se à intervenção do município António José Sousa, informou que a situação terá de ser analisada pelos serviços municipais, uma vez que a obra não está concluída, pelo que após isso terá de ser entregue um termo de responsabilidade por parte do Diretor Técnico e do responsável pela obra (muro). Disse que o município pode fazer uma reclamação nos serviços municipais.

Referiu também que se trata de uma ETAR e não de fossas, até porque a legislação é muito restritiva nesta matéria.

Sobre a construção de uma abertura para o portão, disse que a obra não tinha licença, foi instaurado um processo de contraordenação e a situação irá resolver-se, entretanto.

Referindo-se à intervenção do município João Frederico, reconheceu que o muro tem algumas debilidades. Disse que a sua recuperação não fazia parte da empreitada de requalificação da EB1 de Oliveira do Arda, pelo que terá de ser feito um novo procedimento para o efeito.

Referindo-se à intervenção do município José Adelino Nunes, deu nota que muitas vezes se fala no Conde de Castelo de Paiva, mas estavam poucas pessoas na cerimónia. Disse que quer o cartaz, quer o evento foram do conhecimento público; que toda a população foi convidada a participar dos eventos da Bienal da Cultura.

A Vereadora Liliana Vieira usou da palavra para, referindo-se à intervenção do município César Monteiro, dar nota que o executivo em permanência foi informado no dia de ontem pela entidade que explorava o bar da Câmara Municipal, os Serviços Sociais dos Trabalhadores da



Fls. _____

Câmara Municipal, que este iria encerrar no dia de amanhã, dado que aquela associação entende que o espaço não é rentável (Câmara Municipal não pode obrigar a entidade a explorar o bar). Informou que vai ser lançado um procedimento para perceber se há alguma entidade interessada em obter a concessão do bar, porque a Câmara Municipal não possui “CAE - Classificação Portuguesa de Atividades Económicas” para a exploração destes equipamentos.

A munícipe Célia Rocha, residente no Bairro Social da Raiva, usou da palavra para questionar se a nova fábrica vai trabalhar por turnos, porque se sim, isso vai incomodá-la, tal como aos seus vizinhos.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que ainda não foi requerida a licença de utilização da fábrica. Disse que fabricará calçado, pelo que á partida não trabalhará por turnos, sendo que esta modalidade de trabalho é regida por legislação própria ao nível do ruido que terá de ser cumprida.

Período da Ordem do dia

8. Apreciação e deliberação – Organização dos Serviços Municipais – Modelo de Estrutura Orgânica do Município de Castelo de Paiva.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dar nota da metodologia das intervenções dos GM no âmbito deste ponto.

A Vereadora Liliana Vieira usou da palavra para fazer uma breve apresentação do assunto em debate.

Deu nota que o executivo tem em curso uma proposta de reorganização dos serviços municipais. Disse que ao longo dos últimos dois anos foram muitas as áreas transferidas para o poder local que aumentaram em muito as competências dos municípios, pelo que é necessário adaptar os serviços municipais para que possam dar uma resposta eficaz e célere a essas competências descentralizadas nas áreas da saúde, educação e ação social. Explicou que dado que a atual estrutura orgânica não é a que está melhor organizada para dar resposta a todas estas áreas, trazem hoje à AM uma proposta de reorganização dos serviços municipais.

Informou que a estrutura dos serviços municipais já não sofre alterações profundas desde 2011, pelo que está desatualizada, acrescendo a isso o facto de existirem duas divisões que não têm chefia, como por exemplo a “DAG – Divisão de Administração Geral”, que está sob a sua dependência, e que por força das novas competências tem cerca de 150 trabalhadores.

Referiu que a atual estrutura orgânica conta com uma Unidade Orgânica Nuclear, com um Diretor de Departamento; quatro Unidades Orgânicas Flexíveis, o que corresponde a quatro Divisões; dez Subunidades Orgânicas, que se refletem em Secções Administrativas; a possibilidade de constituição de duas equipas de projeto.

Informou que a proposta para a reorganização de serviços deixa de contemplar uma Unidade Orgânica Nuclear, ou seja, não contemplará um Diretor de Departamento, uma decisão assumida pelo executivo em permanência de acordo com a estratégia que pretende implementar para a organização dos serviços; prevê a existência de seis Unidades Orgânicas Flexíveis, o que corresponde a cinco Divisões e um Núcleo Municipal (chefia intermédia de 3.º Grau); doze Subunidades Orgânicas, Secções Administrativas, que não têm obrigatoriamente de ter chefias; a possibilidade de criar até duas equipas de projeto de carácter temporário para responder a algum tipo de projeto específico que surja a dada altura.

Referiu que se a AM aprovar a presente proposta, no próximo mês de outubro será presente uma proposta à Câmara Municipal para a constituição das Divisões que pretendem implementar e respetivas competências, para que posteriormente o Mapa de Pessoal possa ser adaptado à nova organização de serviços da Câmara Municipal e entrar em vigor em 1 de janeiro de 2024.

Reconheceu que há sempre custos associados às reorganizações de serviços. Disse que a atual estrutura orgânica tem num custo que ascende a 270.000,00€, sendo que a nova estrutura proposta pode ascender aos 300.000,00€ em função dos candidatos que concorram aos lugares propostos: se forem trabalhadores do Município a concorrer esses custos já



estão assumidos; se forem candidatos externos haverá um incremento de custos.

Salientou que não é admissível que um Chefe de Divisão tenha 150 trabalhadores na sua dependência, designadamente a “DAG – Divisão de Administração Geral”, dai a proposta de criação de uma nova Divisão para que se possa “fragmentar” algumas competências do Município e serem muito mais eficazes no trabalho do dia-a-dia.

O deputado Carlos Novais (GMUCPT) usou da palavra para dizer que a explicação dada pela Vereadora Liliana Vieira é ainda muito “macro”, muito longe do que pode ser a realidade, pelo que solicitava uma explicação através de um exemplo ou de uma informação adicional, sobre o que é que esta alteração vai trazer de bom ao funcionamento dos serviços. Questionou que custos efetivos é que a reorganização poderá vir a ter; porque é que não foram ouvidos todos os funcionários municipais sobre uma estrutura tão importante para o Município.

O deputado Rodrigo Pereira (GMMPM) usou da palavra para solicitar um esclarecimento relativamente à alínea e) do artigo 7.º, que diz e citou: “... colaborar e cumprir atempadamente a avaliação de desempenho ...”. Referiu que bastava a palavra “cumprir”.

Solicitou também um esclarecimento relativamente à alínea i) do mesmo artigo, que diz e citou: “... colaborar sem prejuízo da relação hierárquica a atividade”, devendo ser “com a atividade das unidades orgânicas”.

Deu nota que a Vereadora Liliana Vieira informou que há uma Unidade Orgânica Nuclear que vai ser extinta, tendo perguntado qual é, e quem é que está à frente dessa Unidade Orgânica Nuclear.

Relativamente às Unidades Orgânicas Flexíveis, perguntou o que é que são; como é que funcionam; quantos indivíduos abarcam; quem é que pode concorrer à sua chefia; se os atuais titulares dos cargos de chefia podem concorrer e podem ser preferidos por indivíduos de fora, tendo feito as mesmas questões relativamente ao Núcleo Municipal e às Secções.

(Handwritten signature)

Concluiu, questionando para que é que servem as equipas de projeto, que no artigo 10.^a é referido que são duas, tendo questionado se são duas ou podem ser mais, parecendo-lhe que podem ser mais com a anuência da AM.

O deputado Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para dizer que o Sr. Presidente da Câmara não fez qualquer tipo de observação sobre um documento fundamental à decisão política na sua governação.

Referiu que sobre esta matéria lhes parece pertinente dizer que é normal que os serviços municipais sejam organizados em função da sua governação, ou seja, à imagem da sua liderança política, e que é aceitável que um executivo em funções tenha o direito de fazer os ajustes que entenda, de forma a satisfazer as suas necessidades políticas.

Relembra que o Sr. Presidente da Câmara Municipal teve 4 anos na oposição e, passados 23 meses de tomar posse é que decide fazer os ajustes: a tal mudança que apregoaram demorou 2 anos a chegar.

Referiu que a atual estrutura compreende um Diretor do Departamento Técnico; quatro Unidades Orgânicas, uma referente aos pelouros do Sr. Presidente da Câmara, outra referente aos pelouros do Sr. Vice-Presidente da Câmara e duas referentes aos pelouros da Vereadora Liliana Vieira; dez Subunidades Orgânicas, sendo que o que lhes é proposto é a criação de mais duas unidades orgânicas e o aumento de até 12 Subunidades Orgânicas.

Questionou, relativamente à elaboração desta proposta, qual é a fundamentação técnica que sustenta o documento apresentado; que pessoas ou entidades foram escutadas para chegarem à conclusão que este modelo é o melhor para os nossos serviços municipais; quais os parâmetros analisados e quais as conclusões a que chegaram.

Relativamente à extinção do cargo de Diretor de Departamento Técnico, questionou que consequências práticas trará para os serviços municipais.

Deu nota que sabem que foram dezenas as reuniões de Câmara que, mesmo com Diretor de Departamento Técnico, em que muitos processos chegaram



e continham falhas e os pontos foram retirados várias vezes, tendo questionado se doravante, sem a existência deste suporte técnico estas situações desaparecerão (se executivo consegue garantir).

Salientou que a função do Diretor de Departamento Técnico, entre outras, era servir de filtro entre o decisor político e o técnico superior de forma a agilizar os serviços, por exemplo, seleção de fornecedores, despachos internos, entre outras situações, tendo questionado se essas funções estarão “mais à mão” (perdoem a expressão) do poder político; estarão o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vice-Presidente da Câmara habilitados e munidos de conhecimentos técnicos para tomar as decisões; se em teoria, há, ou não, a possibilidade dos políticos interferirem diretamente nas questões técnicas, por exemplo na seleção de fornecedores, entrega de empreitadas ou questões de urbanismo; se a eliminação do Diretor de Departamento Técnico servirá de pretexto para o aumento exponencial de adjudicações de serviços de consultadoria e solicitações de pareceres a entidades externas criteriosamente selecionadas pelo poder político.

Relativamente às novas unidades orgânicas a serem criadas, questionou quais são; que funções têm; se têm em conta a modernização administrativa; se têm em conta um planeamento para a transição digital; se têm em conta a necessária desmaterialização de processos.

Em relação à justificação que sustenta a apresentação da proposta, referiu que contém expressões como, e citou: “... promoção de uma administração mais eficiente e modernizada; agrupamento das funções ou competências; simplificação, racionalização, conferindo eficiência, eficácia, qualidade e agilidade; agregação e partilha ...”. Questionou se chamam a isso Agregação, Racionalização, Simplificação; se acreditam mesmo que levará a uma administração mais eficiente.

Realçou que parece haver um desfasamento entre as justificações e aquilo que lhes apresentam para aprovação.

Referiu que numa análise prática da proposta pode-se concluir que no documento, a Vereadora Liliana Vieira faz alterações profundas em duas



áreas: no que diz respeito às competências do Sr. Presidente e do Sr. Vice-Presidente da Câmara, retira-lhes um suporte técnico decisivo, e aos pelouros da sua competência apresenta suportes técnicos bastante importantes.

A deputada Vanessa Pereira (GMPSD) usou da palavra para dizer que a última reorganização dos serviços data de 2010. Disse que na altura o documento foi apresentado pelo Vereador José Manuel Carvalho, que detinha o pelouro dos Recursos Humanos, e também não teve a intervenção do então Presidente da Câmara, conforme está escrito em ata.

Deu nota que essa reorganização dos serviços foi feita na decorrência de uma obrigatoriedade legal, e previa a criação do lugar de Diretor do Departamento Técnico, que coordena esse Departamento composto pela “DOMA – Divisão de Obras Municipais e Ambiente” e pela “DPUH – Divisão de Planeamento Urbanismo e Habitação”, tendo a chefia da “DOMA” sido eliminada, ou seja, o Diretor do Departamento Técnico tinha uma chefia na “DPUH” e a “DOMA” não tinha qualquer chefia naquela altura, pelo que não sabe se naquela altura foram colocadas as questões que aqui foram colocadas sobre a ausência da chefia da “DOMA”. Recordou que o lugar de Diretor de Departamento não existiu durante muitos anos, ou seja, mesmo depois de ter sido feita a reorganização dos serviços o lugar só foi provido muitos anos depois, pelo que não acredita que entre 2010 e o provimento do lugar de Diretor de Departamento, algum dos Vereadores que tutelavam as áreas da “DOMA” e da “DPUH” se tenham sentido limitados ou fragilizados nas suas atuações.

Salientou que a reorganização dos serviços, ao contrário do que se pensa, não é para criar cargos para A ou B, mas para melhorar a eficiência dos serviços independentemente das pessoas que vão ocupar os cargos.

Realçou que a descentralização de competências trouxe mais responsabilidades para a Câmara Municipal nas áreas da saúde, da educação e da ação social, e mais funcionários, pelo que era urgente saber



se os serviços têm de ser reorganizados para prestarem um serviço de qualidade ao público.

Relativamente aos custos, referiu que importa saber que quando no passado se criaram Divisões foi porque eram necessárias; que quando se criou o lugar de Diretor do Departamento Técnico, da DOMA e da DPUH, foi porque se achou que era necessário, provavelmente independentemente dos custos que traria para o Município. Disse que olhando para as atribuições que o Município tem hoje e para as atribuições que tinha em 2010, torna-se urgente fazer a reorganização, sendo que seria prematuro fazê-la sem terem consciência plena do que significou a assunção de competências no Município: poderia ter sido feita antes se durante anos não tivessem “empurrado com a barriga para a frente”.

O deputado Jorge Quintas (GMMPPM) usou da palavra para dizer que no seguimento da intervenção da Vereadora Vanessa Pereira (GMPSD) ficou com a sensação que a reorganização de serviços tem tudo a ver com a delegação de competências, ou seja, que se este facto não tivesse ocorrido não havia delegação de competências.

Deu nota que uma das prioridades com a reorganização dos serviços referidas pela Vereadora Liliana Vieira é a modernização da administração Municipal. Disse não podia estar mais de acordo com isso, porque o GMMPPM aplaude e apoia desde que as medidas sejam para facilitar a vida dos municíipes, para desburocratizar a ação da Câmara Municipal no atendimento aos municíipes, para agilizar todos os processos, mas tem algumas dúvidas de que esta reorganização de serviços, que acha confusa, cumpra essa função.

Deu também nota que no ponto 5 são criadas as Unidades Orgânicas Flexíveis em número máximo de seis, incluindo um Núcleo Municipal; até doze Secções (Subunidades Orgânicas) e equipas de projeto no máximo de duas, tendo questionado de que se tratam estas equipas de projeto.

Referiu que no ponto 6 é referido que cabe à AM definir as competências, bem como apresentar a remuneração de pode ir da 3.^a posição remuneratória até à 6.^a, tendo solicitado um esclarecimento.

Referindo-se novamente à questão das equipas de projeto, disse que nos considerandos é dito que são no máximo duas equipas de projeto, mas que no n.º 2 do artigo 3.º está escrito que podem ser criadas com caráter temporário no máximo até 3 anos, o número máximo fixado pela AM, não diz que são 1, 2, 3 ou 6, achando que há uma dissonância neste artigo, e questionando se o documento é uma espécie de regulamento a aprovar pela AM (Vereadora Liliana Vieira respondeu que sim), achando também que contendo apenas doze artigos é muito parco, pouco definido.

Concluiu, referindo ter dúvidas se esta reorganização de serviços é para melhorar ou para complicar ainda mais.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que apesar das insinuações a proposta também é sua e não há problema nenhum em ter orgulho na proposta que hoje apresentam à AM.

Referindo-se à intervenção do deputado Carlos Novais (GMUCPT), informou que foram ouvidos alguns funcionários, mas a realidade é que o executivo foi eleito para dirigir e para decidir, pelo que não têm de ser os funcionários a tomar as decisões relativas à organização dos serviços, ou seja, é uma decisão do executivo e não têm medo de assumir aquela que entendem ser a melhor proposta para o Município.

Informou também que a Unidade Orgânica Nuclear a extinguir corresponde ao atual Departamento Técnico chefiado pelo Dr. Adão Santos.

Deu nota que o mandato do atual executivo corresponde também à assunção de várias competências que originaram uma série de obrigações e responsabilidades nas áreas da educação, da saúde e da ação social.

Relembra que praticamente todos os membros do executivo em permanência têm pelouros que se relacionam com a “DAG – Divisão de Administração Geral”, no seu caso tem o pelouro da ação social, que é um



dos pelouros daquela Divisão; que se calhar, ele e o executivo, não acham que seja o mais indicado o turismo fazer parte da DGFPD, por exemplo.

Salientou que durante muito tempo não existiu um Diretor de Departamento, mas há um Chefe de Divisão das obras municipais e um Chefe de Divisão do urbanismo que através de pareceres técnicos expõem os assuntos ao Vereador do pelouro, que é quem vai decidir de acordo com esses pareceres e informações.

Questionou o dizer-se que eliminar um Diretor de Departamento é para contratar consultadorias, referindo que não é o Diretor de Departamento que dita as escolhas do executivo, devendo-se contratar consultadorias sempre que seja necessário e que sejam uma mais-valia para o Município.

Relembra que no passado uma das justificações que foi dada para criar a Unidade Orgânica Nuclear era a extinção da chefia da “DOMA”, que entretanto foi novamente criada passando a haver dois chefes que respondiam a um Diretor de Departamento que, por sua vez, respondia perante o executivo, questionando porque é que o Chefe de Divisão não pode responder diretamente perante o executivo, sendo uma solução mais barata para o Município, e conseguir ter uma Divisão com áreas fulcrais como a educação, a ação social, a saúde, o turismo, o desporto e a cultura, por exemplo.

Relembra também que a delegação de competências na área da ação social apenas ocorreu a 1 de janeiro de 2023, pelo que questionou se era possível perceber como é que iria a funcionar a orgânica da Câmara Municipal sem saberem quais eram as obrigações e o trabalho decorrentes dessa delegação de competências.

Realçou que a confiança no técnico tem sempre que existir, porque não é o Presidente da Câmara que vai discutir a legislação do urbanismo.

Sobre o retirar-se pontos na reunião de Câmara, disse que até há pouco tempo era a Chefe da “DOMA” quem vinha dar explicações técnicas ao órgão executivo, sendo que a partir do momento em que aquela chefia deixou de existir essas explicações passaram a ser dadas pelo Diretor de



Departamento, e bem, porque são os técnicos que têm que responder perante o executivo, dado que nenhum político tem a obrigação de conhecer os assuntos aprofundadamente. Disse que esteve quatro anos na oposição e em quase todas as reuniões eram retiradas pontos, designadamente, um ponto que foi retirado já depois de aprovado (alteração ao Plano de Urbanização) não tendo ninguém do PS vindo falar nisso.

A Vereadora Liliana Vieira interveio novamente para dizer que durante estes dois anos em que exerce funções no Município não se sentiu menos capaz só porque o Sr. Presidente e o Sr. Vice-Presidente da Câmara têm um Diretor de Departamento a auxiliá-los, enquanto tem áreas que nem sequer têm um Chefe de Divisão, mas tem técnicos que lhe reportam para que ela decida.

Referiu que quando o membro Manuel Mendes (GMPS) fala em agregação, partilha e simplificação, isso não significa diminuição: agregar, partilhar e simplificar é colocar as áreas nos locais corretos. Disse que se baseou na sua experiência profissional de dez anos numa empresa privada de excelência no mercado nacional para aplicar a sua visão, juntamento com o executivo, na reorganização dos serviços.

Entende que suprimir a Unidade Orgânica Nuclear, Departamento Técnico, e criar uma nova Divisão é uma simplificação, sendo que se reduz um custo anual de 10.000,00€.

Informou que quando chegou à Câmara Municipal já estavam criadas oito Secções, não criou nenhuma. Referiu que não pode eliminar os Coordenadores, é quase um cargo de carreira, pelo que tem de continuar com eles e essas Secções têm de continuar a existir.

Acrescentou que por força da delegação de competências foram aditadas à atual estrutura orgânica mais duas Secções Administrativas: a Secção Administrativa do Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva e a Secção Administrativa do Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão, que também não pode eliminar, pelo que das doze Secções propostas, dez



são fixas, sendo que se todas as Divisões têm Secções Administrativas de apoio, porque é que a nova Divisão não as pode ter, questionou.

Esclareceu que a digitalização e a modernização administrativa são transversais a todos os Municípios, sendo que o programa “Portugal 2030” tem fundos para estas matérias. Informou que o anterior executivo desmaterializou o urbanismo quase na totalidade; que a área financeira já está desmaterializada, e que durante os próximos dois anos isso ocorrerá nos restantes serviços, pelo que entende que está a otimizar os serviços.

Realçou que já viu vários organogramas de Câmara Municipais em que não existe Diretor de Departamento, não achando que os decisores dessas autarquias se sintam menos capazes de exercer as suas funções. Disse que se as Divisões às quais o Diretor de Departamento dá atualmente resposta tiverem uma chefia, acha que é suficiente para dar resposta às responsabilidades do Município.

Referindo-se à intervenção do membro Carlos Novais (GMUCPT), respondeu que há áreas que não estão nas divisões corretas, pelo que o que pretende é agrupá-las nas Divisões que façam sentido e ao mesmo tempo rentabilizar recursos; há áreas comuns com funcionários que podem partilhar conhecimento e dessa forma dar resposta a esses serviços, tendo dado o exemplo do gabinete de modernização administrativa e informática, que entende que devia estar na mesma Divisão do serviço de atendimento ao munícipe.

Sobre se foram, ou não, ouvidos todos os funcionários, respondeu que quando chegou à Câmara Municipal reservou um dia para auscultação de todos os Chefes de Divisão e Coordenadores da autarquia, tendo-os questionado sobre o que é que achavam que estava bem e que estava mal nos serviços. Salientou que além das competências nas áreas da educação, saúde e ação social, também já tinha sido transferida para o Município competências noutras áreas, pelo que deste fator, adicionado à auscultação anteriormente referida resultou a proposta de reorganização dos serviços.



JM
FA

Fls 342

Reiterou que não são os funcionários que ditam a ação do executivo, porque o executivo foi eleito para decidir.

Referindo-se à intervenção do membro Rodrigo Pereira (GMMPP), respondeu que a Unidade Orgânica Nuclear corresponde ao Diretor de Departamento, Dr. Adão Santos, cuja comissão de serviço termina no último dia útil do próximo mês de dezembro por opção do executivo. Informou que em comparação com o salário de um Chefe de Divisão, a extinção do cargo de Diretor de Departamento corresponde a uma poupança de 500,00€/mês, mais despesas de representação (10.000,00€/ano).

Explicou que um dirigente de 3.º grau irá coadjuvar um Chefe de Divisão numa determinada área: se o lugar for ocupado por uma pessoa externa ao Município a autarquia assume mais um custo na íntegra; se for ocupado por alguém interno a autarquia assume a diferença do salário.

Explicou também que as unidades orgânicas são as Divisões, que são chefiadas por Chefes de Divisão, podendo concorrer ao lugar quem detiver a respetiva antiguidade enquanto Técnico Superior, e quem reunir os requisitos correspondentes aos perfis a definir pelo executivo e a apresentar à AM no Mapa de Pessoal para 2024. Deu o exemplo de que para Chefe da “DOMA” podem definir que o candidato tem de possuir licenciatura na área da arquitetura ou engenharia civil, logo um licenciado em direito não pode concorrer (pode haver candidatos internos e externos).

Realçou que era urgente reorganizar áreas que não estão nas Divisões corretas, maximizar os recursos, colocar as pessoas nos sítios corretos para conferir maior rapidez e eficácia à atuação dos serviços.

Em relação às equipas de projeto, exemplificou com a possibilidade do Sr. Presidente da Câmara criar uma equipa para a questão do testamento do Conde, ou seja, é uma equipa constituída por pessoas do Mapa de Pessoal designadas para esse fim específico durante um período pré-determinado, sendo que o que se propõe é a criação de um máximo de duas equipas de projeto.



Fls. _____

O deputado Carlos Novais (GMUCPT) interveio novamente para dizer que depois dos esclarecimentos que foram prestados continuam com muitas dúvidas em relação ao plano de reorganização dos serviços: em perceber a devida efetividade do plano; em perceber o porquê de tanto incômodo numa pergunta tão simples de saber porque é que os funcionários municipais não foram todos ouvidos.

Defendeu que numa restruturação tão importante para o Município o GMUCPT iria ouvir todos os funcionários, sendo que ninguém tira legitimidade ao executivo nas opções que toma, mas que não compreendem tanto incômodo nas respostas. Disse que a resposta da Vereadora Liliana Vieira à sua questão foi não.

Referiu que há uma certeza que têm em relação ao documento: há um aumento de Divisões; há um aumento de chefias e há um aumento de custos, sendo que têm o interesse em que o documento ajude no dia-a-dia dos serviços municipais, da população e que posto em prática faça com que o funcionamento do Município seja melhor; que não seja um documento direcionado para pessoas, mas essencialmente para o bom funcionamento da Câmara Municipal, pelo que estão disponíveis para colaborar naquilo que o executivo entenda.

Concluiu, referindo que o sentido de voto do GMUCPT será pela abstenção, no sentido em que continuarão atentos áquilo que será o decorrer, ou não, desta proposta, continuando disponíveis para contribuir para a melhoria dos serviços prestados à população.

O deputado Manuel Mendes (GMPS) interveio novamente para dizer que o modelo de organização dos serviços municipais é um instrumento de gestão que reflete a vontade política.

Defendeu que este documento que lhes apresentam peca por vários motivos: primeiro, não apresenta uma sustentação técnica que justifique a sua implementação, a não ser alguma sobranceria e alguns “achismos”; segundo, não apresenta uma coerência entre os argumentos escritos e a sua execução prática no que concerne à dita descentralização, ao agrupar a

H
F

agregação para garantir a tal eficiência e eficácia e qualidade dos serviços. Referiu que no entendimento do GMPS o que lhes apresentam é incoerente com o aquilo argumentam; terceiro, não tem a capacidade de garantir que os municíipes saem a ganhar com a melhoria dos serviços; quarto, não fica evidente que nas reuniões municipais não se repetiam as regulares trapalhadas de processos incompletos para decisão dos Vereadores; quinto, não lhes parece evidente que o acréscimo financeiro se reflita numa melhoria dos serviços; sexto, receiam que aumente de forma exponencial a procura de serviços externos de consultoria, correndo o risco de aumentar o favorecimento partidário.

Deu nota que a estratégia do PS passaria por uma modernização dos serviços tornando-os mais simples, contudo, dão o benefício da dúvida, mas não poderão contar com o seu voto favorável.

A deputada Vanessa Pereira (GMPSD) interveio novamente para dizer que o GMPSD entende que esta é a reestruturação de serviços que melhor qualidade e assertividade oferece aos serviços municipais.

Referiu que já existiam trapalhadas quando existiam outros serviços, sempre se retiraram pontos nos doze anos em que foi Vereadora, pelo que não será a reestruturação dos serviços a fazer com que sejam mais ou menos trapalhadas.

Reiterou que a reestruturação dos serviços não tem a ver com pessoas, tem a ver com a definição de competências, tem a ver com áreas, tem a ver com aquilo que é melhor para o Município independentemente de quem é a pessoa que vai ocupar esse lugar.

Felicitou o executivo por ter tido a retidão de defender aquilo em que acredita independentemente de quem eram as pessoas que podiam deixar de ter cargos ou de passar a tê-los; que se pessoaliza demais aquilo que representa uma reorganização dos serviços, quem é que sai, quem é que entra, quando o que é importante é fazer uma reorganização que sirva a melhor organização dos serviços e, acima de tudo, os municíipes, porque



para estes pouco importa quem é que chefia a Divisão desde que resolva os seus problemas.

Realçou que porque entendem que esta reorganização era necessária tendo em conta os argumentos já referidos anteriormente, o GMPSD vai votar favoravelmente.

O deputado Jorge Quintas (GMMPPM) proferiu a seguinte declaração de voto:

“ – O GMMPPM neste ponto decidiu-se pela abstenção e não diabolizou a organização que querem fazer, porque se o fizesse votava contra (não se agarra ao passado porque fizeram assim e agora estão legitimados para fazer da mesma forma).

Votamos pela abstenção simplesmente porque não ficamos convencidos pelo que estudamos do documento, pelas explicações que aqui nos foram dadas, que na verdade esta nova reestruturação vá ser benéfica para os Paivenses; que possa de uma certa forma agilizar todos os processos e que contribua para uma melhoria de todos os serviços municipais.”

O Sr. Presidente da AM informou que o GMPS informou a Mesa que iria fazer chegar por escrito a declaração de voto que a seguir se reproduz:

“ – O GMPS não se revê neste modelo de organização dos serviços.

Temos a perfeita noção que é necessário fazer ajustes à gestão, que é necessária intervenção de organização, mas não estamos confiantes que este modelo corresponda às necessidades dos serviços municipais.

Para o Partido Socialista os cargos não são vitalícios, deverão ser ajustados às lideranças, mas vemos com preocupação a diminuição de apoio técnico aos principais cargos da governação: Presidência e Vice-Presidência, com as responsabilidades do Urbanismo e Obras Municipais, áreas sensíveis que não reconhecemos competências técnicas nos responsáveis políticos. No nosso entender, a gestão fica mais pobre e ainda mais fragilizada na liderança política.

Por outro lado, para o GMPS, vemos com preocupação a forte possibilidade de recurso a serviços externos de consultadoria técnica



Fls. 344

(através de pareceres) em detrimento do recurso aos técnicos municipais, contribuindo para o aumento de despesa que poderá ser desnecessária, uma vez que dispomos dos serviços no município, e podendo causar a dúvida sobre a imparcialidade do serviço externo.

Não obstante, não foi convincente que esta alteração contribuirá para a modernização dos serviços, combatendo a burocracia, contribuindo para a digitalização dos documentos de forma a agilizar e modernizar efetivamente os serviços municipais.

Por outro lado, não foram claras a respostas por parte da Sra. Vereadora e do Sr. Presidente, quanto às funções das divisões a serem criadas. No nosso entendimento não podemos criar uma estrutura macro, sem indicar a sua função prática.

Não ficamos convencidos que estas alterações propostas contribuem para a melhoria dos serviços e, consequentemente, melhoria no atendimento e prestação de serviços aos municípios.

Ainda assim, por todas as razões proferidas, temos o sentido de responsabilidade em não obstaculizar a governação, evitando mais episódios de dramatismo e demagogia, sentimos que devemos permitir que este documento possa ser aprovado, através da nossa abstenção, com o compromisso de estarmos atentos aos efeitos práticos destas alterações e exercermos os nossos direitos e deveres democráticos.”

Deliberação: Apreciada e aprovada por maioria com 16 abstenções do GMPS, GMMPM e GMUCPT e 11 votos a favor do GMPSD.

9. Compromissos Plurianuais – 2.º Trimestre de 2023 – Conhecimento.

Deliberação: A AM tomou conhecimento.

Período de Intervenção do Público

10. Intervenção do Público.

Não houve intervenções.

A sessão foi encerrada às 00:10 horas, tendo-se aprovado, por unanimidade, a minuta, nos termos e para os efeitos previstos no nº.3, do artigo 57º. da Lei 75/2013, de 12 de setembro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

O Presidente da Mesa,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário, em exercício,